

# SOBRE A DENOTAÇÃO DE BERTRAND RUSSELL

## BERTRAND RUSSELL'S ON DENOTING

TRADUÇÃO E COMENTÁRIOS:

**MARCOS AMATUCCI \*\***

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING, BRASIL

POR uma "frase denotativa"<sup>1</sup>, quero dizer uma frase como qualquer uma das seguintes: um homem, algum homem, qualquer homem, cada homem, todos os homens, o atual rei da Inglaterra, o atual rei da França, o centro de massa de o sistema solar no primeiro instante do século XX, a revolução da terra em torno do sol, a revolução do sol em torno da terra. Assim, uma frase é denotativa em virtude de sua *forma*. Podemos distinguir três tipos: (1) Uma frase pode ser denotativa, e no entanto não denotar nada; e.g. "o presente Rei da França". (2) Uma frase pode denotar um objeto definido; e.g. "o presente Rei da Inglaterra"<sup>2,3</sup> denota um certo homem. (3) A frase pode denotar ambigualmente; e.g. "um homem" denota não muitos homens, mas um homem ambíguo. A interpretação de frases como estas é uma questão de considerável dificuldade; de fato, é muito difícil enquadrar qualquer teoria que não seja suscetível de refutação formal. Todas as dificuldades com as quais eu estou familiarizado são resolvidas, até onde pude descobrir, pela teoria que estou prestes a explicar.

O assunto da denotação é de importância muito grande, não apenas na lógica e na matemática, mas também na teoria do conhecimento. Por exemplo, sabemos que o centro de massa do Sistema Solar em um instante de tempo definido é algum ponto definido, e podemos afirmar um sem-número de proposições sobre ele; mais não temos experiência

---

\* Tradução recebida em 19/03/2019 e aprovada pelo Conselho Editorial em 30/11/2019.

\*\* Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, Brasil. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Professor Titular do Programa de Doutorado em Administração da ESPM de São Paulo. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2538668989160393>. E-mail: [marcosamatucci@gmail.com](mailto:marcosamatucci@gmail.com).

<sup>1</sup> *Denoting frase*. Note-se que aqui por "frase" Russell refere-se apenas a um *termo* da proposição (em geral seu sujeito), e não ela toda.

<sup>2</sup> Em 1905 reinava na Inglaterra o Rei Eduardo VII.

<sup>3</sup> As notas e comentários são do tradutor, exceto se o indicado por "(N. do A.)"; também são do tradutor os comentários entre colchetes ("[""), os quais eventualmente ocorrem dentro de uma nota do autor.

direta [*acquaintance*<sup>4</sup>] imediata com este ponto, o qual é conhecido por nós apenas por descrição. A distinção entre *experiência direta* e *conhecimento sobre* é a distinção entre as coisas das quais nós temos representação<sup>5</sup>, e as coisas que nós só alcançamos através de frases denotativas. Frequentemente acontece de conhecermos que uma certa frase denota sem ambiguidades, e entretanto não temos experiência com aquilo que ela denota; isto ocorre no caso do centro de massa acima. Na percepção temos experiência com os objetos da percepção, e pelo pensamento temos experiência com objetos de um caráter lógico mais abstrato; mas nós não necessariamente temos experiência com os objetos denotados por frases compostas por palavras com cujo significado temos experiência. Para tomar um exemplo muito importante: parece não haver razão para acreditar que temos experiência com as mentes de outras pessoas, vendo que estas não são diretamente percebidas; portanto o que sabemos sobre elas é obtido através de denotação. Todo o pensamento tem que começar pela experiência; mas ele tem sucesso em pensar *sobre* muitas coisas com as quais não temos experiência.

O curso de meu argumento será como se segue. Eu começarei anunciando a teoria que pretendo defender<sup>6</sup>; depois discutirei as teorias de Frege e Meinong, mostrando porque nenhuma delas me satisfaz; então darei os fundamentos em favor da minha teoria; e finalmente indicarei, brevemente, as consequências filosóficas de minha teoria.

Minha teoria, em resumo, é a seguinte. Eu tomo a noção de *variável* como fundamental<sup>7</sup>; eu uso  $C(x)$  significando uma proposição<sup>8</sup> na qual  $x$  é um constituinte, onde  $x$ , a variável, é essencial e totalmente indeterminada. Então podemos considerar as duas

<sup>4</sup> “*Acquaintance*” é de difícil tradução pois não temos em Português uma palavra que signifique *exatamente* a mesma coisa, ainda mais no sentido em que é utilizada por Russell aqui e em outros textos. Optamos por “*experiência direta*”, entendendo pela explicação do texto que esta pode ocorrer por percepção sensível no caso de objetos reais e experiência racional no caso de objetos abstratos do pensamento.

<sup>5</sup> Russell utiliza aqui o termo representação (*presentation*) no sentido de uma ideia obtida diretamente via experiência.

<sup>6</sup> (N. do A.) Discuti este assunto em *Principles of Mathematics*, Capítulo v., e § 476. A teoria lá defendida é muito aproximadamente a mesma da de Frege e é bastante diferente da teoria a ser defendida no que se segue.

<sup>7</sup> “...fundamental”: isto é, trata-se de um termo simples sem definição e a partir do qual outros termos serão definidos.

<sup>8</sup> (N. do A.) Mais exatamente, uma função proposicional. [Não é propriamente uma proposição porque seu valor-verdade pode depender do conteúdo de  $x$ ; por isso trata-se de uma função proposicional, que se torna uma proposição assim que este valor é determinado. *Pode depender* significa que, em alguns casos, a função proposicional torna-se uma proposição verdadeira para qualquer conteúdo de  $x$ , e.g.  $C(x) \rightarrow C(x)$ ; ou, como mais abaixo,  $x$  é humano implica  $x$  é mortal.]

noções “ $C(x)$  é sempre verdadeira” e “ $C(x)$  é às vezes verdadeira”<sup>9</sup>. Então *todo* e *nenhum* e *algum* (que são as mais primitivas das frases denotativas) são interpretadas da seguinte maneira:

$C(\textit{todo})$  significa “ $C(x)$  é sempre verdadeiro”;

$C(\textit{nenhum})$  significa “‘ $C(x)$  é falso’ é sempre verdadeiro”;

$C(\textit{algum})$  significa “É falso que ‘ $C(x)$  é falso’ é sempre verdadeiro”<sup>10</sup>

Aqui a noção de “ $C(x)$  é sempre verdadeiro” é tomada como última e indefinível, e as outras [noções] são definidas por meio dela. *Todo*, *nenhum* e *algum*, não se assume terem qualquer significado isoladamente, mas um significado é atribuído a *cada* proposição na qual eles ocorrem. Este é o princípio da teoria da denotação que eu desejo defender: que frases denotativas não têm significado em si mesmas, mas que cada proposição em cuja expressão verbal elas ocorrem tem um significado<sup>11</sup>. As dificuldades que dizem respeito à denotação são, acredito, todas resultado de uma análise errônea de proposições cujas expressões verbais contém frases denotativas. A análise apropriada, se não estou enganado, pode ser adiante proposta como se segue.

Suponha agora que queiramos interpretar a proposição, “Eu encontrei um homem”. Se isto é verdade, eu encontrei um homem definido; mas não é isto o que eu afirmo. O que eu afirmo é, de acordo com a teoria que eu defendo:

“‘Eu encontrei  $x$ , e  $x$  é humano’ não é sempre falso”.

Em geral, definindo a classe dos homens como a classe de objetos que possuem o predicado *humano*, nós dizemos que:

“ $C(\textit{um homem})$ ” significa “‘ $C(x)$  e  $x$  é humano’ não é sempre falso”.

Isto deixa “um homem”, por si mesmo, totalmente destituído de significado, mas fornece um significado a cada proposição na qual a expressão verbal “um homem” ocorre.

<sup>9</sup> (N. do A.) A segunda destas pode ser definida por meio da primeira, se nós a tomarmos como significando “Não é verdadeiro que ‘ $C(x)$  é falso’ é sempre verdadeiro”.

<sup>10</sup> (N. do A.) Eu vou algumas vezes usar, em vez desta frase complicada, a frase “ $C(x)$  não é sempre falsa” ou “ $C(x)$  é às vezes verdadeira”, supostamente *definidas* para significar o mesmo que a frase complicada.

<sup>11</sup> Este é o centro da teoria da denotação de Russell, que a diferencia das demais teorias (de Frege e de Meinong): a frase denotativa não tem significado isoladamente, mas quem lhe dá seu significado é a proposição na qual ocorre.

Considere em seguida a seguinte proposição: “Todos os homens são mortais”. Esta proposição<sup>12</sup> é na verdade hipotética e afirma que *se* algo é um homem, ele é mortal. Isto é, ela afirma que se  $x$  é um homem,  $x$  é mortal, o que quer que seja que  $x$  for. Assim, substituindo  $x$  é homem por  $x$  é humano<sup>13</sup>, encontramos:

“Todos os homens são mortais” significa “‘Se  $x$  é humano,  $x$  é mortal’ é sempre verdadeiro”

Isto é expresso em lógica simbólica dizendo-se que “Todos os homens são mortais” significa “‘ $x$  é humano’ implica ‘ $x$  é mortal’ para todos os valores de  $x$ ”. Mais genericamente dizemos:

“C(todos os homens)” significa “‘Se  $x$  é humano então C( $x$ ) é verdadeiro’ é sempre verdadeiro”.

De maneira similar,

“C(nenhum homem)” significa “‘Se  $x$  é humano então C( $x$ ) é falso’ é sempre verdadeiro”.

“C(alguns homens)” significa o mesmo que “C(um homem)”<sup>14</sup> e “C(um homem)” significa “É falso que ‘C( $x$ ) e  $x$  é humano’ é sempre falso”.

“C(cada homem)” significará o mesmo que “C(todos os homens)”.

Resta interpretar frases contendo “*o*” ou “*a*” [*the*]. Estas são de longe as mais interessantes e dificultosas das frases denotativas. Tome como um exemplo “o pai de Carlos II foi executado”. Ela afirma que houve um  $x$  o qual era pai de Carlos II e foi executado. Agora, “*o*” em seu uso estrito, envolve unicidade; nós de fato, é verdade, falamos “*o* filho de Fulano” mesmo quando Fulano tem vários filhos, mas seria mais correto dizer “*um* filho de Fulano”. Assim para nossos propósitos tomamos “*o*” como envolvendo unicidade. Assim quando dizemos “ $x$  era *o* pai de Carlos II”, não apenas afirmamos que  $x$  tinha uma certa

<sup>12</sup> (N. do A.) Como foi argumentado de forma apta na Lógica do Sr. Bradley, Livro I Cap. ii.

<sup>13</sup> A substituição, aparentemente trivial, visa caracterizar “humano” como atributo de  $x$ , em uma função proposicional, como em “H( $x$ )”. A expressão seguinte poderia ser expressa como “‘H( $x$ )  $\rightarrow$  C( $x$ )’ é sempre verdadeiro”; o que não poderia ser expresso com “ $x$  é homem”.

<sup>14</sup> (N. do A.) Psicologicamente, “C(um homem)” traz a sugestão de *apenas um* e “C(alguns homens)” traz a sugestão de *mais de um*; mas podemos negligenciar tais sugestões num primeiro rascunho. [“*some*” não tem plural em Inglês, mas Russell diz “*some men*”, *men* sendo o plural de *man*. Em linguagem lógica em Português, apesar de dizermos “algum” e não “alguns”, também aqui significa “pelo menos um ou mais de um”].

relação com Carlos II, mas também que nada mais possuía esta relação. A relação em questão, sem o pressuposto da unicidade, e sem nenhuma frase denotativa, é expressa por “ $x$  gerou Charles II”. Para conseguir um equivalente de “ $x$  foi o pai de Charles II”, precisamos acrescentar “Se  $y$  é outro que não  $x$ ,  $y$  não gerou Charles II” ou, o que é equivalente, “Se  $y$  gerou Charles II,  $y$  é idêntico a  $x$ ”. Portanto, “ $x$  era o pai de Carlos II” torna-se “ $x$  gerou Carlos II; e ‘se  $y$  gerou Carlos II,  $y$  é idêntico a  $x$ ’ é sempre verdadeiro de  $y$ ”.

Assim, “o pai de Carlos II foi executado” torna-se: “Não é sempre falso de  $x$  que  $x$  gerou Carlos II e que foi executado e que ‘se  $y$  gerou Carlos II,  $y$  é idêntico a  $x$ ’ é sempre verdadeiro de  $y$ ”<sup>15</sup>.

Isto pode parecer uma interpretação um tanto inacreditável; mas não estou presentemente oferecendo as razões, estou meramente *expondo* a teoria.

Para interpretar “C(o pai de Carlos II)”, onde C representa qualquer afirmação sobre ele, temos apenas que substituir C( $x$ ) por “ $x$  foi executado” acima. Observe que, de acordo com a interpretação acima, “C(o pai de Carlos II)” implica “Não é sempre falso de  $x$  que  $x$  gerou Carlos II e que foi executado e que ‘se  $y$  gerou Carlos II,  $y$  é idêntico a  $x$ ’ é sempre verdadeiro de  $y$ ”, o que é expresso em linguagem comum por “Carlos II teve um pai e não mais”. Consequentemente se esta condição falha, *cada* proposição da forma “C(o pai de Carlos II)” é falsa. Assim, *e.g.* cada proposição da forma “C(o presente rei da França)” é falsa. Esta é uma grande vantagem na presente teoria. Mostrarei mais tarde que isto não é contrário à lei da contradição<sup>16</sup>, como pode ser suposto num primeiro momento.

O [exposto] acima fornece uma redução de todas as proposições nas quais as frases denotativas ocorrem a formas nas quais nenhuma dessas frases ocorre<sup>17</sup>. Por que é imperativo efetuar tal redução, a discussão subsequente esforçar-se-á em mostrar.

A evidência para a teoria acima é derivada das dificuldades que parecem inevitáveis se deixarmos frases denotativas em pé como constituintes genuínos das proposições nas em cujas expressões verbais elas ocorrem. Das possíveis teorias que admitem tais constituintes,

<sup>15</sup> Aqui pela primeira vez o artigo definido “o” é traduzido em termos da lógica tradicional; e frases denotativas com o artigo definido podem usufruir de toda a artilharia desta lógica.

<sup>16</sup> Russell foi reconhecidamente zeloso da lei da identidade e não-contradição ao longo de toda a sua obra. Em particular, como veremos, na longa discussão com Meinong sobre objetos impossíveis.

<sup>17</sup> Isto é, a denotação é transformada em uma forma lógica decidível.

a mais simples é aquela de Meinong<sup>18</sup>. Essa teoria considera qualquer frase denotativa gramaticalmente correta como apontando para um *objeto*. Assim, “o presente rei da França”, o “quadrado redondo” etc. são supostos como sendo objetos genuínos. É admitido que tais objetos não *subsistem*, mas não obstante supõe-se que sejam objetos. Esta é uma visão intrinsecamente dificultosa; mas a objeção principal é que tais objetos, admitidamente, estão aptos a infringir a lei da contradição. Sustenta-se, por exemplo, que o existente presente rei da França existe, e também não existe; que o quadrado redondo é redondo, e também não é redondo etc. Mas isto é intolerável; e se qualquer teoria pode ser encontrada para evitar este resultado, deve certamente ser preferida.

A violação à lei da contradição acima pode ser evitada pela teoria de Frege. Ele distingue, numa frase denotativa, dois elementos, os quais ele pode chamar o *significado* e a *denotação*<sup>19</sup>. Assim, “o centro de massa do Sistema Solar no início do Século Vinte” é altamente complexo em termos de *significado*, mas sua *denotação* é um certo ponto, o qual é simples. O Sistema Solar, o Século Vinte etc., são constituintes do *significado*; mas a *denotação* não tem constituintes em absoluto<sup>20</sup>. Uma vantagem desta distinção é que ela mostra por que frequentemente vale a pena afirmar a identidade. Se dizemos “Scott é o autor de *Waverley*”, afirmamos uma identidade de denotação com uma diferença de significado. Não irei, contudo, repetir os fundamentos em favor desta teoria, uma vez que eu enfatizei seus argumentos em outro lugar (*loc. cit.*)<sup>21</sup>, e estou agora interessado em contestar tais argumentos.

Uma das primeiras dificuldades que nos confronta, quando adotamos a visão de que frases denotativas *expressam* um significado e *denotam* uma denotação<sup>22</sup>, diz respeito aos casos nos quais a denotação parece estar ausente. Se dizemos “o Rei da Inglaterra é calvo”, isto seria, ao que parece, não uma afirmação sobre o *significado* complexo “o Rei da Inglaterra”, mas sobre o homem real denotado pelo significado. Mas considere agora “o Rei

<sup>18</sup> (N. do A.) Veja *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie* [Investigação sobre a Teoria dos objetos e Psicologia], Leipzig, 1904, o primeiro dos três artigos (por Meinong, Ameseder e Mally, respectivamente).

<sup>19</sup> (N. do A.) Veja o seu “*Ueber Sinn und Bedeutung*”, *Zeitschrift für Phil. und Phil. Kritik*, vol. 100.

<sup>20</sup> (N. do A.) Frege distingue os dois elementos de significado e denotação em toda parte, e não somente em frases denotativas complexas. Assim é o *significado* dos constituintes de uma denotação complexa que entram em seu *significado*, e não sua *denotação*. Na proposição “o Mont Blanc tem mais de 1000 metros de altura” é, de acordo com ele, o *significado* de Mont Blanc, e não a montanha real, que é constituinte do *significado* da proposição.

<sup>21</sup> Refere-se ao supramencionado *Principles of Mathematics*.

<sup>22</sup> (N. do A.) Nesta teoria [de Frege], diremos que a frase denotativa *expressa* um significado; e diremos de ambos, da frase e de seu significado, que eles *denotam* uma denotação. Na outra teoria, a qual advogo, não há *significado*, e apenas algumas vezes [há] uma *denotação*.

da França é calvo”. Por paridade de forma, esta também deveria ser sobre a denotação da frase “o Rei da França”. Mas esta frase, apesar de ter um significado dado que “o Rei da Inglaterra” tem significado, certamente não tem denotação, ao menos num sentido óbvio. Consequentemente, poder-se-ia supor que “o Rei da França é calvo” deveria ser absurdo [*nonsense*]; mas não é absurdo posto que é claramente falsa. Ou novamente considere uma proposição tal como a que se segue: “Se  $u$  é um conjunto que possui apenas um elemento, então aquele único elemento é elemento de  $u$ ”<sup>23</sup>, ou, como podemos afirmar, “Se  $u$  é um conjunto unitário, então  $o u$  é  $u$ ”<sup>24</sup>. Esta proposição deveria ser *sempre* verdadeira, uma vez que a conclusão é verdadeira sempre que a hipótese é verdadeira<sup>25</sup>. Mas “o  $u$ ” é uma frase denotativa, e é sua denotação, não o seu significado, que é dito ser  $u$ . Agora se  $u$  não é um conjunto unitário, “o  $u$ ” parece não denotar nada; consequentemente nossa proposição pareceria tornar-se absurda tão logo  $u$  não seja um conjunto unitário.

Agora é claro que tais proposições *não* se tornam absurdas meramente porque suas hipóteses são falsas<sup>26</sup>. O Rei em “A Tempestade”<sup>27</sup> pode dizer, “Se Ferdinando não se afogou, Ferdinando é meu único filho”. Agora, “meu único filho” é uma frase denotativa, a qual, em face disto, tem uma denotação quando, e somente quando, eu tenho exatamente um filho. Mas a afirmação acima, não obstante, permaneceria verdadeira se Ferdinando tivesse de fato se afogado. Assim nós devemos ou fornecer uma denotação em casos nos

<sup>23</sup> Literalmente, “Se  $u$  é uma classe que possui apenas um membro, então aquele único membro é membro de  $u$ ”; optamos pelo par elemento-conjunto, o qual é mais familiar ao leitor brasileiro. Ademais, a relação entre classe e membro é denominada por Russell por *membership*, palavra para a qual não há tradução literal mas corresponde à relação de *pertencimento*.

<sup>24</sup> Seguindo a linguagem de Peano, que Russell adotou em 1900, “ $a$  pertence a  $A$ ” é dito na forma proposicional “ $a$  é  $A$ ”, no sentido de que pertencer à classe dos  $A$  equivale a possuir o predicado “ser  $A$ ”. Assim “o  $u$ ” é “ $u$ ” quer dizer “o único elemento de  $u$ ” tem a propriedade de “ser um  $u$ ”. A construção parece estranha justamente porque o elemento, em vez de nome, é indicado por uma denotação “o  $u$ ”.

<sup>25</sup> Russell refere-se à relação de implicação entre proposições: ‘ $p \supset q$ ’, ou ‘se  $p$  então  $q$ ’ (trata-se de uma relação hipotética), onde  $p$  é o antecedente ou hipótese, e  $q$  é o conseqüente ou conclusão. A relação de implicação tem a seguinte tabela-verdade:

| $p$ | $q$ | $p \supset q$ |
|-----|-----|---------------|
| V   | V   | V             |
| V   | F   | F             |
| F   | V   | V             |
| F   | F   | V             |

Vê-se na tabela que  $q$  é verdadeira quando  $p$  é verdadeira, que é o que Russell usa em seu argumento: “Se  $u$  é um conjunto unitário, então  $o u$  é  $u$ ” é uma proposição que deveria ser sempre verdadeira.

<sup>26</sup> Novamente, vide a tabela da afirmação hipotética na nota anterior. Não só não são absurdas, como também as implicações com hipóteses falsas são sempre verdadeiras. Assim, se “ $u$  é um conjunto unitário” é falso, a proposição complexa “SE ‘ $u$  é um conjunto unitário’ ENTÃO ‘ $o u$  é  $u$ ’” é verdadeira.

<sup>27</sup> *The Tempest*, peça de Shakespeare.

quais ela à primeira vista está ausente, ou devemos abandonar a visão de que a denotação é aquilo que importa nas proposições que contém frases denotativas. O último é o caminho que eu defendo. O primeiro caminho pode ser tomado, como por Meinong, admitindo-se objetos que não subsistem, e negando que eles obedeçam à lei da contradição; isto, contudo, deve ser evitado se possível. Outra maneira de se tomar o mesmo caminho (até onde nossa presente alternativa diz respeito) é adotada por Frege, quem fornece por definição alguma denotação puramente convencional para os casos nos quais de outro modo não haveria nenhuma. Assim, “o Rei da França” deve denotar o conjunto vazio; “o único filho do Sr. Fulano” (que tem uma bela família de dez), deve denotar o conjunto de todos os seus filhos; e assim por diante. Mas este procedimento, apesar de possivelmente não levar a um erro lógico real, é claramente artificial, e não fornece uma análise exata da matéria. Assim se permitirmos que frases denotativas, em geral, tenham os dois aspectos de significado e denotação, os casos onde parece que não há denotação causam dificuldades tanto no pressuposto que existe realmente uma denotação quanto no pressuposto que realmente não existe nenhuma.

Uma teoria lógica pode ser testada por sua capacidade de lidar com quebra-cabeças [puzzles], e é um plano saudável, ao pensar em lógica, estocar a mente com o maior número possível de quebra-cabeças, uma vez que estes servem quase ao mesmo propósito que os experimentos têm na ciência da Física. Vou portanto enunciar três quebra-cabeças os quais uma teoria de denotação deveria ser capaz de resolver; e mostrarei depois que minha teoria os resolve.

(1) Se  $a$  é idêntico a  $b$ , o que quer que seja verdade de um é verdade para o outro, e podem ser substituídos um pelo outro em qualquer proposição sem alterar a verdade ou a falsidade daquela proposição. Agora, George IV desejaria saber se Scott é o autor de *Waverley*; e de fato Scott é o autor de *Waverley*. Portanto nós podemos substituir *Scott* por *o autor de Waverley* e desse modo provar que George IV desejaria saber se Scott era Scott. Contudo um interesse na lei da identidade dificilmente poderia ser atribuído ao primeiro cavalheiro da Europa.

(2) Pela lei do terceiro excluído, um dos dois, “A é B” ou “A não é B” deve ser verdade. Portanto, um dos dois, “o atual Rei da França é calvo” ou “o atual Rei da França não é calvo” deve ser verdade. Contudo se enumerássemos as coisas que são calvas e então as coisas que não são calvas, não deveríamos encontrar o atual Rei da França em nenhuma

das duas listas. Os hegelianos, que amam uma síntese, provavelmente concluirão que ele usa uma peruca.

(3) Considera a proposição “A é diferente de B”. Se isto é verdade, existe uma diferença entre A e B, fato que pode ser expresso na forma “a diferença entre A e B subsiste”. Mas se é falso que A é diferente de B, então não há diferença entre A e B, fato que pode ser expresso na forma “a diferença entre A e B não subsiste”. Mas como pode uma não-entidade ser o sujeito de uma proposição? “eu penso, logo eu existo” não é mais evidente do que “eu sou o sujeito de uma proposição, logo eu existo”, desde que “eu sou” seja tomado como afirmando subsistência ou ser<sup>28</sup>, não existência. Assim, parece, deve sempre ser autocontraditório negar o ser de qualquer” a coisa; mas nós vimos, em conexão com Meinong, que admitir o ser de alguma coisa também às vezes leva a contradições. Assim se A e B não diferem, supor que ou que há ou que não há, um objeto tal como “a diferença entre A e B” parece igualmente impossível.

A relação entre o significado e a denotação envolve certas dificuldades muito curiosas, as quais parecem elas mesmas provar que a teoria que causa estas dificuldades deve estar errada.

Quando queremos falar a respeito do significado de uma frase denotativa, em oposição à sua *denotação*, o modo natural de fazê-lo é pelo uso de aspas. Assim nós dizemos:

O centro de massa do Sistema Solar é um ponto, não um complexo denotativo;

“O centro de massa do Sistema Solar” é um complexo denotativo, não um ponto.

Ou, novamente,

A primeira linha da Elegia de Grey<sup>29</sup> declara uma proposição.

“A primeira linha da Elegia de Grey” não declara uma proposição<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> (N. do A.). Eu uso ambos como sinônimos. [Subsistir ou ser.]

<sup>29</sup> Thomas Grey, *Elegy written in a country churchyard*, 1751. Poema conhecido pelo inglês culto no início do século XX.

<sup>30</sup> Cabe lembrar que a teoria da proposição de Russell neste período pressupõe que os termos a que a denotação se refere são partes constituintes da proposição: Quando dizemos ‘Mont Blanc tem mais de 4000 de altura’, o Mont Blanc ele mesmo é parte constituinte da proposição – quem tem mais de 4000 m de altura é o Mont Blanc real, e não a expressão ou pensamento “Mont Blanc”. Cf. Carta de Russell a Frege, 12/12/1904 In: Frege, G. *Philosophical and Mathematical Correspondence*. The University of Chicago Press, 1980, pp. 166-170. Assim é que em ‘O centro de massa do Sistema Solar é um ponto’, quem é um ponto é o centro de massa do Sistema Solar existente.

Assim, tomando qualquer frase denotativa, digamos, C, queremos considerar a relação entre C e “C”, onde a diferença entre as duas é do tipo exemplificado nos dois casos acima.

Dizemos, para começar, que quando C ocorre, é da *denotação* de que estamos falando; mas quando “C” ocorre, é o *significado*. Agora, a relação entre significado e denotação não é meramente [uma relação] linguística [que ocorre] através da frase: deve [necessariamente] haver uma relação lógica envolvida, a qual nós expressamos dizendo que o significado denota a denotação. Mas a dificuldade que nos confronta é que não podemos ter sucesso em *ambos*, preservar a conexão entre significado e denotação e impedi-los de serem o mesmo e um só; e também que o significado só pode ser apreendido por meio de frases denotativas. Isto acontece como se segue.

Uma frase C deveria ter ambos, significado e denotação. Mas se falamos do “significado de C”, isto nos dá o significado (caso haja) da denotação. “O significado da primeira linha da Elegia de Grey” é o mesmo que “O significado de ‘O sino avisa que o dia esmorece<sup>31</sup>,’ ” e não é o mesmo que “O significado de ‘a primeira linha da Elegia de Grey’ ”.

Assim, de maneira a conseguir o significado que queremos, devemos falar não de “o significado de C”, mas de “o significado de ‘C’ ”, o que é o mesmo que “C” por ele mesmo. De forma similar, “a denotação de C” não significa a denotação que queremos, mas significa algo que, se é que denota, denota o que é denotado pela denotação que queremos. Por exemplo: seja

“C”: “o complexo denotativo que ocorre no segundo dos exemplos acima”. Então,

C = “a primeira linha da Elegia de Grey”,

e a denotação de C = O sino avisa que o dia esmorece.

Mas o que queríamos dizer como denotando era “a primeira linha da Elegia de Grey”. Então falhamos em conseguir o que queríamos.

A dificuldade de se falar no significado de um complexo denotativo pode ser colocada da seguinte maneira: no momento em que colocamos o complexo [denotativo] em uma proposição, a proposição é sobre a denotação; e se construímos uma proposição cujo

<sup>31</sup> Esta é a primeira linha do poema de Grey. No original, “*The curfew tolls the knell of parting day*”.

sujeito é “o significado de C”, então o sujeito é o significado (se houver) da denotação, o que não é o que pretendíamos. Isto nos leva a dizer que, quando distinguimos significado de denotação, devemos estar lidando com o significado: o significado tem denotação e é um complexo, e não há nada outro que o significado que pode ser chamado de complexo, e ser dito que *possua* ambos, significado e denotação. A frase correta, na visão em tela, é que alguns significados possuem denotação.

Mas isto apenas torna nossa dificuldade em falar de significados mais evidente. Pois suponha que C é nosso complexo; então temos que dizer que C *é* o significado do complexo. Entretanto, sempre que C ocorrer sem as aspas, o que é dito não é verdade sobre o significado, mas somente da denotação, como quando dizemos: O centro de massa do Sistema Solar é um ponto. Assim, para falar de C ele mesmo, *i.e.*, para fazer uma proposição sobre o significado, nosso sujeito não pode ser C, mas algo que denote C. Assim “C”, que é o que usamos quando queremos falar do significado, não pode ser o significado, mas somente aquilo que denota o significado. E C não pode ser um constituinte deste complexo (como é em “o significado de C”); pois se C ocorrer no complexo, será sua denotação, e não seu significado, que ocorrerá [no complexo], e não há caminho inverso da denotação para os significados, porque cada objeto pode ser denotado por um número infinito de diferentes frases denotativas.

Assim, parecer-nos-ia que “C” e C são diferentes entidades, tais que “C” denota C; mas isto não pode ser uma explicação, porque a relação entre “C” e C permanece totalmente misteriosa; e onde é que encontraremos o complexo denotativo “C” o qual é para denotar C? Além disso, quando C ocorre numa proposição, não é *apenas* a denotação que ocorre (como veremos no próximo parágrafo); ainda, na visão em tela, C é apenas a denotação, o significado sendo totalmente relegado a “C”. Isto é um emaranhado inextricável, e parece provar que a distinção entre significado e denotação tenha sido erroneamente concebida.

Que o significado é relevante quando uma frase denotativa ocorre em uma proposição é formalmente provado pelo quebra-cabeças a respeito do autor de *Waverley*. A proposição “Scott é o autor de *Waverley*” tem uma propriedade não possuída por “Scott é Scott”, a saber, a propriedade que George IV desejava saber se ela era verdadeira. Assim as duas proposições não são idênticas; portanto o significado de “o autor de *Waverley*” deve ser

relevante tanto quanto a denotação, se nós aderirmos ao ponto de vista ao qual esta distinção pertence.

No entanto, como acabamos de ver, no momento em que aderimos a este ponto de vista, somos compelidos a sustentar que apenas a denotação pode ser relevante. Assim, o ponto de vista em questão deve ser abandonado.

Resta mostrar como todos os quebra-cabeças que temos considerado são resolvidos pela teoria exposta no início deste artigo.

De acordo com a visão que eu advogo, uma frase denotativa é essencialmente *parte* da sentença e não, como a maioria das palavras individuais, tem qualquer significação própria. Se eu digo “Scott era um homem”, esta é uma declaração da forma “ $x$  era um homem”, e tem “Scott” como seu sujeito. Mas se eu digo “o autor de *Waverley* era um homem”, isto não é uma declaração do tipo “ $x$  era um homem” e não tem “o autor de *Waverley*” como seu sujeito. Resumindo a afirmação feita no início deste artigo, podemos colocar, no lugar de “o autor de *Waverley* era um homem” o seguinte: “uma e apenas uma entidade escreveu *Waverley*, e aquela entidade era um homem”. (Isto não quer dizer estritamente o que foi dito antes; mas é mais fácil de seguir.) E, falando de forma mais geral, suponhamos que queiramos dizer que o autor de *Waverley* tenha a propriedade  $\phi$ , o que queremos dizer é equivalente a “uma e apenas uma entidade escreveu *Waverley*, e aquela entidade possui a propriedade  $\phi$ ”.

A explicação da *denotação* é agora como se segue. Cada proposição na qual “o autor de *Waverley*” ocorre sendo explicada como acima, a proposição “Scott era o autor de *Waverley*” (*i.e.*, “Scott era idêntico ao o autor de *Waverley*”) torna-se “uma e apenas uma entidade escreveu *Waverley*, e Scott era idêntico a ela”; ou, revertendo para a forma totalmente explícita: “não é sempre falso de  $x$  que  $x$  escreveu *Waverley*, e é sempre verdade de  $y$  que se  $y$  escreveu *Waverley*,  $y$  é idêntico a  $x$ , e que Scott é idêntico a  $x$ ”. Assim, se “ $C$ ” é uma frase denotativa, pode acontecer de que haja apenas uma entidade  $x$  (não pode haver mais de uma<sup>32</sup>) para a qual “ $x$  é idêntico a  $C$ ” é verdade, esta proposição sendo interpretada da maneira acima. Nós podemos então dizer que a entidade  $x$  é a denotação da frase “ $C$ ”. Assim Scott é a denotação de “o autor de *Waverley*”. O “ $C$ ” entre aspas será meramente a *frase*, e nada que possa ser

<sup>32</sup> Russell quer dizer na construção “pode haver apenas uma” (...) “não pode haver mais do que uma”, que pode não haver nenhuma entidade que possua aquelas propriedades; mas se houver, é única.

chamado de *significado*. A frase *per se* não tem nenhum significado, porque em qualquer proposição em que ela ocorra a proposição, totalmente expressa, não contém a frase, a qual foi “quebrada”<sup>33</sup>.

O quebra-cabeças sobre a curiosidade de George IV parece agora ter uma solução bastante simples. A proposição “Scott era o autor de *Waverley*”, a qual foi escrita em sua forma não abreviada no parágrafo precedente, não contém nenhum constituinte “o autor de *Waverley*” o qual pudéssemos substituir por “Scott”. Tal não interfere na verdade de inferências resultantes de fazer-se o que é *verbalmente* a substituição de “Scott” por “o autor de *Waverley*”, desde que “o autor de *Waverley*” tenha o que chamo de ocorrência primária na proposição considerada. A diferença entre ocorrências primárias e secundárias de frases denotativas é como se segue:

Quando dizemos: “George IV desejava saber se tal e tal”, ou quando dizemos “Tal e tal é surpreendente” ou “tal e tal é verdade” etc., o “tal e tal” deve ser uma proposição. Suponha agora que “tal e tal” contenha uma frase denotativa. Podemos ou eliminar esta frase denotativa da proposição subordinada “tal e tal”, ou da proposição inteira da qual “tal e tal” é um mero constituinte. Diferentes proposições resultam de acordo com o que fizermos. Ouvi dizer de um melindroso dono de um iate ao qual um convidado, ao vê-lo pela primeira vez, comentou “Eu pensei que seu iate fosse maior do que ele é”; e o dono respondeu, “Não, meu iate não é maior do que ele é”. O que o convidado quis dizer era, “O tamanho que eu pensei do seu iate era maior do que o tamanho que seu iate tem”; o significado atribuído a ele é “Eu pensei que o tamanho do seu iate fosse maior do que o tamanho do seu iate”. Para retornar a George IV e *Waverley*, quando dizemos “George IV desejava saber se Scott era o autor de *Waverley*”, normalmente queremos dizer “George IV desejava saber se um e apenas um homem escreveu *Waverley* e Scott era aquele homem”, mas nós *também* queremos dizer: “um e apenas um homem escreveu *Waverley*, e George IV desejava saber se Scott era aquele homem”. Nesta última. “o autor de *Waverley*” tem uma ocorrência *primária*; no primeiro, uma *secundária*. A última pode ser expressa por “George IV desejava saber, a respeito do homem que escreveu *Waverley*, se ele era Scott”. Isto seria verdade, por exemplo, se George

<sup>33</sup> Isto é, ainda conforme a teoria da proposição de Russell nesta fase, quem dá significado ao termo (à “frase”) é a proposição onde ele ocorre; isoladamente não tem significado. Um paralelo bastante grosseiro pode ser feito com diferentes sentidos, por exemplo, na palavra “dado”: em “A pesquisa é tão boa quanto seus dados”, em “João viciou-se no jogo de dados”, ou ainda em “A cavalo dado não se olha os dentes”, é a proposição fornece o sentido ao termo.

IV tivesse visto Scott à distância, e perguntasse “Aquele é Scott?”. Uma ocorrência secundária de uma frase denotativa pode ser definida como uma na qual a frase [denotativa] ocorre em uma proposição  $p$  a qual é mera constituinte de uma proposição que estamos considerando, e a substituição pela frase denotativa é para ser efetuada em  $p$ , não na proposição inteira considerada [que contém  $p$ ]. A ambiguidade entre ocorrências primárias e secundárias é difícil de se evitar na linguagem; mas não fará mal se estivermos em guarda contra elas. Em lógica simbólica a ambiguidade, é claro, é facilmente evitada.

A distinção entre ocorrências primárias e secundárias também nos possibilita lidar com a questão de se o atual Rei da França é calvo ou não é calvo, e em geral com o status lógico de frases denotativas que não denotam nada. Se “C” é uma frase denotativa, digamos, “o termo que tem a propriedade F”, então

“C tem a propriedade  $\phi$ ” significa “um e apenas um termo tem a propriedade F e ele tem a propriedade  $\phi$ ”<sup>34</sup>. Se agora a propriedade F não pertence a nenhum termo, ou a diversos, segue-se que “C tem a propriedade  $\phi$ ” é falso para *todos* os valores de  $\phi$ . Assim “o atual Rei da França é calvo” é certamente falso; e “o atual Rei da França não é calvo” é falso se significa:

“Existe uma entidade a qual é atualmente o Rei da França e não é calvo”,

mas é verdadeira se significa:

“É falso que exista uma entidade a qual é atualmente o Rei da França e é calvo”.

Isto é, “o Rei da França não é calvo” é falso se a ocorrência de “o Rei da França” é *primária*, e verdadeiro se é *secundária*. Assim todas as proposições nas quais “o Rei da França” tem uma ocorrência primária são falsas; as negações de tais proposições são verdadeiras, mas nelas “o Rei da França” tem uma ocorrência secundária. Assim escapamos da conclusão de que o Rei da França tem uma peruca.

Podemos agora ver também como negar que exista um tal objeto como a diferença entre A e B no caso quando A e B não diferem. Se A e B de fato diferem, existe uma e apenas uma entidade  $x$  tal que “ $x$  é a diferença entre A e B” é uma proposição verdadeira; se A e B não diferirem, não há tal entidade  $x$ . Assim de acordo com o significado da denotação

<sup>34</sup> (N. do A.) Esta é a interpretação abreviada, não a estrita.

explicado por último, “a diferença entre A e B” tem uma denotação quando A e B diferem, mas não em outro caso. Esta diferença se aplica a proposições verdadeiras e falsas em geral. Se “ $a R b$ ” significa “ $a$  tem a relação R com  $b$ ” então quando  $a R b$  é verdade, existe tal entidade como a relação R entre  $a$  e  $b$ ; quando  $a R b$  é falso, não há tal entidade. Assim fora de qualquer proposição podemos fazer uma frase denotativa, a qual denota uma entidade se a proposição for verdadeira, mas não denota uma entidade quando a proposição é falsa. *E.g.*, é verdade (ao menos suporemos assim) que a Terra revoluciona em torno do Sol, que é falso que o Sol revoluciona em torno da Terra; portanto, “a revolução da Terra em torno do Sol” denota uma entidade, enquanto que “a revolução do Sol em torno da Terra” não denota uma entidade.<sup>35</sup>

O reino inteiro das não-entidades, como “o quadrado redondo”, “o número primo par diferente de 2”, “Apolo”, “Hamlet” etc. pode agora ser lidado de uma maneira satisfatória. Todas estas são frases denotativas que não denotam nada. A proposição a respeito de Apolo significa o que obtemos quando substituimos o que o dicionário clássico nos diz que é significado por Apolo, digamos, o “deus-sol”. Todas as proposições em que Apolo ocorre devem ser interpretadas pelas regras acima para frases denotativas. Se “Apolo” tem uma ocorrência primária, a proposição contendo a ocorrência é falsa; se a ocorrência é secundária, a proposição pode ser verdadeira. Então novamente “o quadrado redondo é redondo” significa “existe uma e apenas uma entidade  $x$  a qual é redonda e quadrada, e aquela entidade é redonda”, a qual é uma proposição falsa, e não, como sustenta Meinong, uma verdadeira. “O mais perfeito Ser tem todas as perfeições; existência é uma perfeição; portanto o mais perfeito Ser existe” torna-se:

“Existe uma e apenas uma entidade  $x$  a qual é a mais perfeita; ela possui todas as perfeições; existência é uma perfeição; portanto ela existe. Como uma prova, isto falha por falta de uma prova da premissa “existe uma e apenas uma entidade  $x$  a qual é a mais perfeita”.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> (N. do A.) As proposições a partir das quais as entidades são derivadas não são idênticas nem com estas entidades, nem com as proposições onde estas entidades estavam.

<sup>36</sup> (N. do A.) Pode-se argumentar de forma válida que todos os membros da classe do mais perfeito Ser existem; pode também ser provado formalmente que esta classe não tem *mais* do que um membro; mas, tomando a definição de perfeição como a posse de todos os predicados positivos, pode também ser provado de forma igualmente formal que esta classe não tem sequer um membro.

O Sr. MacColl (*Mind*, N.S., no. 54 e novamente no. 55 p. 401) considera indivíduos de dois tipos, reais e não-reais; portanto ele define a classe vazia como a classe que consiste em todos os indivíduos não-reais. Isto pressupõe que tais frases como “o atual Rei da França”, as quais não denotam um indivíduo real, de fato, no entanto, denotam um indivíduo, mas um não-real. Esta é essencialmente a teoria de Meinong, a qual nós temos razões para rejeitar porque ela conflita com a lei da não-contradição. Com nossa teoria de denotação, somos capazes de sustentar que não existem indivíduos não-reais; de maneira que a classe vazia é uma classe que não contém nenhum membro, e não a classe contendo como membros todos os indivíduos não-reais.

É importante observar o efeito de nossa teoria na interpretação de definições que procedem por meio de frases denotativas. A maioria das definições matemáticas são deste tipo: por “ $m - n$  é o número que, adicionado a  $n$ , nos dá  $m$ ”. Assim,  $m - n$  é definido como significando o mesmo que uma certa frase denotativa; mas nós concordamos que frases denotativas não têm significado isoladamente. Assim o que a definição realmente deveria ser é: “Qualquer proposição contendo  $m - n$  deve significar a proposição que resulta substituindo-se por ‘ $m - n$ ’ o número que, adicionado a  $n$ , dá  $m$ ”. A proposição resultando é interpretada de acordo com as regras já dadas para interpretar proposições cuja expressão verbal contém frases denotativas. No caso em que  $m$  e  $n$  são tais que existe um e apenas um número  $x$  o qual pode ser substituído por  $m - n$  em qualquer proposição contendo  $m - n$  sem alterar a verdade ou falsidade da proposição. Mas em outros casos, todas as proposições nas quais “ $m - n$ ” tem uma ocorrência primária são falsos.

A utilidade da *identidade* é explicada pela teoria acima. Ninguém fora de um livro de lógica jamais quer dizer “ $x$  é  $x$ ”, e ainda assim asserções de identidade são frequentemente feitas em formas como “Scott era o autor de *Waverley*” ou “tu és o homem”<sup>37</sup>. O significado de tais proposições não pode ser afirmado sem a noção de identidade, embora não sejam simplesmente declarações de que Scott é idêntico a outro termo, o autor de *Waverley*, ou que tu és idêntico a outro termo, o homem. A menor afirmação de “Scott é o autor de *Waverley*” parece ser “Scott escreveu *Waverley*; e é sempre verdade de  $y$  que se  $y$  escreveu *Waverley*,  $y$  é idêntico a Scott”. É desta maneira que a identidade entra em “Scott é o autor de *Waverley*”; e é devido a tais usos que a identidade vale a pena ser afirmada.

---

<sup>37</sup> No original, em Inglês arcaico, *Thou art the man*, conto de Edgar Allan Poe.

Um interessante resultado da teoria de denotação acima é este: quando há alguma coisa com a qual não temos experiência direta [*acquaintance*] imediata, mas apenas por definições por meio de frases denotativas, então as proposições nas quais esta coisa é introduzida por meio de uma frase denotativa não contém realmente a coisa como constituinte, mas contém ao invés os constituintes expressos pelas diversas palavras da frase denotativa. Assim em cada proposição que podemos apreender (*i.e.*, não apenas aquelas cuja verdade ou falsidade podemos julgar, mas em todas que podemos pensar a respeito), todos os constituintes são na verdade entidades com os quais nós temos experiência direta imediata. Agora tais coisas como matéria (no sentido em que matéria ocorre na Física), e as mentes das outras pessoas, são conhecidas por nós apenas por meio de frases denotativas, *i.e.*, nós não fomos *apresentados* a elas [*acquainted with*], mas nós as conhecemos como aquilo com tais e tais propriedades. Portanto, embora possamos formar funções proposicionais  $C(x)$  as quais devem valer para tal e tal partícula material, ou para a mente de Fulano-de-tal, ainda assim não temos experiência direta com as proposições que afirmam estas coisas que sabemos devem ser verdade, porque não podemos apreender as respectivas entidades factuais<sup>38</sup>. O que nós sabemos é que “Fulano-de-tal possui uma mente a qual possui tais e tais propriedades”, mas nós não sabemos “A tem tais e tais propriedades”, onde A *é* a mente em questão. Neste caso, nós conhecemos as propriedades da coisa sem ter experiência direta da coisa ela mesma, e sem, conseqüentemente, saber qualquer proposição da qual a coisa ela mesma é constituinte.

Das muitas outras conseqüências da visão que venho advogando, não direi nada. Eu apenas rogarei ao leitor não virar sua mente contra a visão – como ele deve estar tentado a fazer, por conta de sua excessiva complicação – até que ele tente construir uma teoria sua própria sobre o assunto da denotação. Esta tentativa, eu acredito, irá convencê-lo que, qualquer que seja a teoria verdadeira, ela não poderá ter a simplicidade que alguém possa ter esperado de antemão.

---

<sup>38</sup> Isto é, matéria; e mente de outras pessoas.

## REFERÊNCIA

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. **Mind**, New Series, vol. 14, no. 56, out. 1905, p. 479-493.

---

Universidade Católica de Petrópolis  
Centro de Teologia e Humanidades  
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis  
Tel: (24) 2244-4000  
[synesis@ucp.br](mailto:synesis@ucp.br)  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



AMATUCCI, Marcos. Sobre a Denotação de Bertrand Russell. **Synesis**, v. 12, n. 2, p. 179-196, dez. 2020.  
ISSN 1984-6754. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1862>>

---